

Esboço Sobre a Transdisciplinaridade como Método Possível: a Superação da Co-Responsabilidade dos Consorciados nas Licitações e o Caso das PPPs

Gilberto de Abreu Sodré Carvalho¹

Bianor Scelza Cavalcanti²

I Introdução

Em uma simplificação esquemática, a transdisciplinaridade pode ser tida como uma possível terceira etapa da história da produção do conhecimento.

A primeira fase dessa longa história é a da interação “concreta” entre a realidade e o conhecimento, onde os mitos estabeleciam explicações e eram socialmente criados para esse efeito (Armstrong, 2005, e Campbell, 1988). A segunda é a da separação total entre a realidade e o indivíduo conhecedor. A realidade passa a ser tida como completamente independente do observador; firma-se a premissa de que existam leis e ordem estruturando a realidade. O manifesto de René Descartes (Descartes, 2000) é a síntese dos princípios da ciência moderna e da disciplinaridade, ou seja, da especialização analítica com a determinação de campos de observação científica. A especialização investigativa típica da disciplinaridade está vinculada à idéia da causalidade local, ou seja, todo fenômeno pode ser compreendido como um encadeamento contínuo de causas e efeitos. Segue-se a isso que a realidade seria sempre previsível e contínua, ou ainda, passível de ser recortada para efeito de investigação científica. O compromisso científico seria estabelecer previsibilidade para o real. O ditame da objetividade leva a incluir-se o ser huma-

1 **Gilberto de Abreu Sodré Carvalho** é graduado em Administração Pública (EBAPE-FGV) e Direito (UERJ) e mestre em Direito (Mackenzie). Professor da pós-graduação da Metrocamp, Campinas, SP

2 **Bianor Scelza Cavalcanti** é Ph.D. em Administração e Políticas Públicas e Diretor da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas na Fundação Getulio Vargas (EBAPE-FGV).

no em sociedade como realidade externa e assim objeto de conhecimento. Nascem as ciências sociais.

Essa segunda etapa da história da produção do conhecimento está vinculada à idéia de que só exista um plano de realidade, o qual está sujeito por estratégia epistemológica a recortes periódicos, a composições híbridas que se estabilizam no tempo e a transformações geradas de dentro para fora. Desse modo, como em Nicolescu (2001), o desenvolvimento científico se dá pela decomposição disciplinar, como a Medicina Pré-natal (extraída da Medicina), a Logística (da Administração), a História Medieval (da História), o Direito Constitucional (do Direito), a Ortodontia (da Odontologia) etc. Desdobra-se pela formação de novas disciplinas por via da interdisciplinaridade, como a Bioquímica, a Psicologia Organizacional, a Física Matemática, a Medicina Nuclear, a Geografia Econômica, o Direito Econômico, a Antropologia Organizacional etc. Ou ainda revoluciona-se pela superação de paradigmas por outros paradigmas ainda dentro de uma matriz disciplinar, como estudado por Kuhn (2003).

A segunda etapa torna-se insatisfatória para a efetiva produção de conhecimento novo, por conta da imperiosa necessidade de tecnologia, no sentido do uso da ciência para a solução de problemas práticos, como se tem em Joia (2005). As equipes de especialistas disciplinares, agregados para a prática interdisciplinar, em que o especialista de uma disciplina avalia, com os olhos dessa, o objeto de outra disciplina para um propósito predefinido, não satisfazem na produção de conhecimento novo em termos de tecnologia nova. No mais das vezes apenas dão soluções “disciplinares” de uma disciplina no que antes parecia domínio de outra. Por exemplo, antes do reconhecimento da disciplina Administração Hospitalar, certos problemas tidos como “médicos” eram solucionados facilmente por diagnósticos de Gestão. Em contraste, o importante hoje é a geração de conhecimento tecnológico genuinamente novo, não mais a solução de problemas de percurso no âmbito do conhecimento já apropriado por uma outra disciplina. Ressalve-se que a interdisciplinaridade não é algo morto. Serve em muitas oportunidades, quando em particular não se sabe bem qual a natureza de um problema. É relevante o registro de que são, acertadamente, recomendados pelo Ministério da Educação exercícios de interdisciplinaridade e multidisciplinaridade para o desenvolvimento da capacidade intelectual de crianças e adolescentes, como se vê em programas da TV Escola dirigidos ao magistério do ensino fundamental.

Entre os autores que descrevem a relevância da produção do conhecimento tecnológico novo e original nas organizações estão, entre outros muitos: Drucker (1993); Nonaka e Hirotaka (1997); Stewart (1998 e 2000); Choo (1998); Davis e Meyer (2000); Von Krogh, Ichijo e Nonaka (2000); Edvinsson (2003). As já antigas novidades científicas – que remontam ao início do século XX – chegam finalmente ao mundo prático sob a convocação da exigência de novas tecnologias que estabeleçam vantagens competitivas no que importe às empresas e proporcionem, em Administração Pública, soluções mais adequadas e mais imediatas para as nações e seus governos, uma vez que as nações também concorrem entre

si (Porter, 1989). Essas velhas novidades são a Física Quântica (com Planck, Bohr, Einstein e outros), o construtivismo (com Jean Piaget, Edgar Morin e outros), o enfoque sistêmico de Ludwig Von Bertalanffy (Bertalanffy, 2001) e a autopoiese de Humberto Maturana e Francisco Varela (1997 e 2001). Esses tantos achados científicos podem estar levando a história da produção do conhecimento a uma terceira etapa: a da transdisciplinaridade. Essa não substitui a disciplinaridade, ou seja, os recortes epistemológicos como os conhecemos, mas percebe-se que a realidade pode também estar fora dos focos de observação das disciplinas singulares e dos acoplamentos interdisciplinares e multidisciplinares.

A transdisciplinaridade estabelece que a investigação analítica de natureza disciplinar é importante e deve ser prestigiada. No entanto, para a produção de conhecimento novo, especialmente de natureza tecnológica, impõe-se assumir que a realidade apresenta simultaneamente mais de uma dimensão de compreensão, entendendo-se que o que é distinto ou diferente ou inalcançável em um plano ou segmento da realidade (conforme a ótica disciplinar ou empréstimo interdisciplinar que se pratique) torna-se afim ou igual ou complementar em um outro plano de percepção. É nos desvãos disciplinares, ou seja, além ou fora do conhecimento registrado por cada disciplina, que se encontram os novos possíveis achados para sustentar as tecnologias fortemente desejadas. É relevante para tanto que se identifiquem conceitos contraditórios ou desconexos em uma frente a outra disciplina, que possibilitem a percepção heurísticamente estimulante de um desvão que denote a existência de algo novo para o conhecimento.

A transdisciplinaridade não é uma nova disciplina, não se quer uma filosofia, ou mesmo uma metodologia no sentido de poder seguir um roteiro cartesiano (Descartes, 2000). É menos um método e mais uma atitude. Cuida-se de assumir a existência e procurar o que preencha ou integre os desvãos ou descontinuidades entre os focos disciplinares solteiros, quando se tem à frente a imposição de geração de conhecimento tecnológico original, sem solução unidisciplinar e de insatisfatória solução interdisciplinar. O que chamamos de transdisciplinaridade aplica-se quando há necessidade de inteligência coletiva a ser gerada por diversos especialistas na construção de algo novo que não pertença ao domínio exclusivo de uma só disciplina, mas que esteja oculto em duas ou mais. São exemplos para tanto, mais ou menos expressivos (uma vez que se confundem para alguns como interdisciplinares), a seminal experiência da Escola de Sagres, que modelou e construiu a caravela, a do Projeto Apollo, as das pesquisas relativas à inteligência artificial em direção à robotização (Domingues, 2005). Não por acaso, a transdisciplinaridade como assunto acadêmico é acompanhada nos tempos correntes de métodos afins no âmbito da *psicologia da criatividade* dirigidos comercialmente ao público profissional em específico; como De Bono (1992) e, mais popular, Wiseman (2005). Observa-se, em suma, que o mundo futuro parece estar para ser construído a partir dos desvãos e desconexões do conhecimento presente.

O presente estudo exploratório intenta mostrar a possibilidade de trabalho transdisciplinar por profissionais de Administração Pública e de Direito, na pro-

dução de soluções. O problema que se escolheu, embora banal se comparado aos mencionados logo acima, apresenta suficiente riqueza para servir como demonstração fundamentalmente ilustrativa. Trata-se de desenharem-se os meios, em exercício argumentativo transdisciplinar à Administração Pública e ao Direito, da eliminação da solidariedade obrigatória entre os participantes de consórcios no âmbito das licitações em geral, inclusive nas parcerias público-privadas – PPPs. Não é um trabalho em que se tenham obtido dados empíricos para algum tipo de sustentação. Não se terá um relatório de pesquisa ou um apanhado cronológico de como ocorreu o nosso exercício, se foi presencial ou não. O objetivo deste artigo é o de apenas apresentar os rudimentos da transdisciplinaridade como método e como atitude investigativa para as duas disciplinas. Há ainda a esclarecer que não se seguirá aos ditames técnicos dos estudos de caso (Yin, 2005). Trata-se de um curto ensaio sobre transdisciplinaridade que se vale de uma ilustração.

Foco temático e enquadramento transdisciplinar

No âmbito disciplinar do Direito Administrativo, *solidariedade* é nos fornecimentos a entidade governamental e nas PPPs a situação de qualquer dos consorciados poder ser chamado para arcar com as conseqüências indenizatórias de danos causados por outro consorciado. Define-se solidariedade, nesse contexto, como a regra expressa da legislação pela qual dois ou mais consorciados assumem em igualdade as responsabilidades de uma prestação a entidade governamental, obrigando-se todos por um ou um por todos, independentemente de quem tenha dado efetivamente causa aos danos, como se tem de origem em Direito Civil, conforme Diniz (1998: 151). Como as PPPs poderão ter papel destacado em vista da impossibilidade relativa de investimentos diretos de governo, é momentosa a discussão do afastamento da regra da solidariedade nos consórcios em geral, uma vez que existe abertura quanto a consórcios para a apresentação de propostas nas licitações da PPPs. É questão relevante na medida em que as empresas e entidades não-governamentais brasileiras poderão ser prejudicadas em sua expectativa de concorrer, quando só puderem ser consorciadas com pequena co-participação em grandes projetos. Ou ainda, mesmo que detenham a parte principal, dependerem estrategicamente da participação de estrangeiros. O seu caminho único – se não quiserem ser solidárias – é o de aceitarem a condição de subcontratadas, isto é, uma situação subalterna e pior remunerada, em tese.

Existe em Administração Pública conceito afim ao de solidariedade jurídica, pelo qual se foca a contabilidade da gestão e não os remédios para danos causados como no Direito. No entendimento disciplinar de Administração Pública, ou de teoria das organizações em geral, se tem a *accountability*, no sentido de responsabilidade quanto aos resultados, tendo-se em Campos (1990) uma discussão sobre a significação do termo, no Brasil, ainda no final dos anos 80. A situação de uma agência ser *co-accountable* pelos atos de outra agência não tem curso em Administração Pública. Isso ocorre ao menos desde que a Administração Pública separou-

se das funções de Governo (Wilson, 1887). A configuração organizacional pública dos séculos XIX e XX era de estruturas e processos weberianos e tayloristas (Pacheco, 1998), uma vez que parecia sempre haver um meio mais adequado de se desenvolverem atividades em termos de serviço público, sendo simples a agregação de competências irmãs em uma dada agência. Nesse quadro, a *accountability* era facilmente dirigida à agência pertinente. Nos tempos correntes, no século XXI, ocorre o envolvimento de várias agências para determinadas atividades complexas, certas vezes em níveis políticos diversos (federal, estadual e municipal); ou ainda agências que se posicionam em atividades conflitantes (como as agências do meio-ambiente frente às de obras públicas; as de fomento ao emprego e as de fomento da ciência e tecnologia; as de receita e as de saúde com respeito ao fumo etc.). Mesmo nesse quadro, por assim dizer confusamente pós-moderno, não se conhece sustentação teórica para estabelecer-se *co-accountability* para as agências. Esse emaranhado de agências em rede (Behn, 1998) não as faz *accountable* umas pelas outras. Ocorre de o *output* da gestão pública ser notavelmente diferenciado, operando-se processo contínuo e interativo com os destinatários. Behn (1998) confirma o conceito de que cabe aos cidadãos monitorar em processo social –, por via de ONGs, de associações, instituições, veículos de imprensa e dos atores sociais ou *stakeholders* em geral –, a atividade administrativa pública. A cobrança de resultados, a redefinição de objetivos e a modelagem das estruturas e processos devem ter o envolvimento da opinião pública organizada ou que se organize para tanto. Esse desenho é decorrente da percepção de que os gerentes públicos e as agências devem gerar políticas nos seus níveis de atuação (Behn, 1998), em “equalização” das influências e dos meios e recursos (Cavalcanti, 2005). Em conclusão observa-se que a *co-accountability* – a qual seria do gosto disciplinar do Direito – não se impôs no que se tem chamado de *new public management*. A temática de *new public management*, como em Ferlie (1998), cuidando dos avanços da gestão pública no Reino Unido, não toca a questão *accountability* por essa ótica. O pertinente em Administração Pública seria, como em Behn (1998) e seminalmente em Wilson (1887), como colocado por Pacheco (1998), que a gestão pública seja acompanhada interativamente pela sociedade e pelos *stakeholders* e seja responsiva aos mesmos, sendo a abertura das informações em busca de toda a transparência um mecanismo de apoio (Jardim, 1995). Cabe registrar, em contraponto, que o persistente “patrimonialismo” no sentido de Faoro (2001) gera dificuldade no Brasil para práticas gerenciais no setor público, como demonstra Pinho (1998), o que, reforçado pelo modelo sociológico da chamada “democracia delegativa” – e não “representativa” – se manifesta em frágil ou ausente relação de *accountability* entre governantes e a sociedade, como em Akutsu e Pinho (2002). Seja como for, em havendo *accountability* em nenhum momento se impõe a *co-accountability* entre agências governamentais.

Pelo exposto acima, temos uma problematização. Percebe-se uma contrariedade ou uma desconexão cognitiva, como que uma *dissonância cognitiva* (Festinger, 1957) propositadamente construída entre o Direito e a Administração Pública, de

modo a que se possa praticar a transdisciplinaridade. Em seqüência, a hipótese é de que exista uma resposta nesse desvão entre as duas disciplinas, a qual explique a contradição e ao mesmo tempo mostre como superá-la em favor de que empresas e entidades não-governamentais possam participar de consórcios em geral e nas PPPs sem que sejam oneradas com a solidariedade jurídica. Em outras palavras: a contrariedade entre os dois focos disciplinares leva a pensar-se em um segundo plano de realidade que refute a lógica da solidariedade jurídica, ou refute a concepção de que a *accountability* deva ser plural e dividida entre agências. A nossa hipótese de trabalho é a do afastamento da solidariedade jurídica entre consorciados, uma vez que, sendo assim, as limitações competitivas nas licitações estariam vencidas. Vamos a essa discussão.

Pode-se observar uma só significação remota veiculada pelos termos *solidariedade jurídica* e *co-accountability*. Com essa assunção, podemos abrigar os dois termos sob a expressão *co-responsabilidade* de molde a estabelecermos uma ponte entre as duas disciplinas para olharmos de cima a desconexão conceitual. Isso é útil para a clareza argumentativa do que se segue. Assim, o Direito como disciplina apresenta a co-responsabilidade; em contraste, a co-responsabilidade é desconhecida em Administração Pública.

Isto posto, a exigência de co-responsabilidade entre consorciados, quando frente a entidade governamental, é matéria de legislação e de cumprimento mandatório como regra jurídica expressa ou positiva (ver Bobbio, 1995). É prevista no artigo 33, *caput* e inciso V, da Lei de Licitações, e no artigo 19, *caput* e § 2º, da Lei das Concessões. A lei das PPPs, pelo seu artigo 10, *caput*, estende para as PPPs, nas suas licitações, a regra de co-responsabilidade, na eventualidade de consórcios concorrerem. Na legislação das PPPs não há menção a consórcios na fase de execução, sendo apenas possíveis, assumimos, consórcios licitatórios, ou seja, os da fase competitiva. Uma vez que um tal consórcio vença, deverá constituir uma *sociedade de propósito específico* para o cumprimento contratual do objeto da PPP.

Teriam as entidades governamentais nos dias correntes outros meios de cobrirem-se, mantendo-se tanto a maior abertura para a participação de maior número de candidatos, como respeitando a autonomia patrimonial dos consorciados?

Percebe-se que as entidades governamentais não se preocupam, de regra, em estudar a segmentabilidade do objeto de que necessitam. Ao contrário, muitas vezes formulam um propósito de certo bem, obra, serviço, concessão ou permissão, sem estudos detidos de engenharia de projeto e de custos que levem às possibilidades de decomposição do objeto prospectivo em diversos desdobramentos operativos, em vista da crescente especialização dos agentes econômicos. Em outras palavras: a gestão pública dinâmica e inovadora é excepcional (Cavalcanti, 2005). A tendência das entidades governamentais é de seguir docilmente a legislação, sem perceber as oportunidades que as pesquisas e as teorizações de Administração Pública podem oferecer (Cavalcanti, 2005).

Dá-se que a Administração Pública, como disciplina, e o Direito, como Ciência do Direito, com sua natureza dogmática, têm-se desenvolvido com afastamento. Cada uma voltando-se para seu objeto de investigação, para o seu método. Em especial, o Direito procura repetir-se a si mesmo, reagindo às influências externas com grande demora. Reale (1998) diz que a norma jurídica é uma integração de fatos segundo valores. Acresce-se a isso um fator externo: a autoridade ou o poder que impõe a norma. Assim, o Direito tende a ter uma evolução lenta, na medida em que seja útil ao poder. Em contraponto, a Administração Pública como disciplina evolui no seu criticismo com efetividade e rapidez.

Investigação axiológica

Os valores sociais (como em Morin e Prigogine, 1998; Hourdin e Ganne, 1971; Puig, 1997; Méndez 2005) devem ser levados em consideração para a formulação de soluções tecnológicas, no sentido de aplicação de conhecimento para resultados práticos. O uso de valores sociais tem conteúdo metodológico na transdisciplinaridade com relação às disciplinas sociais (Nicolescu, 2001: 151-153). Está nos valores o teste final de refutabilidade para as questões tecnológicas de cada disciplina e do próprio esforço investigativo transdisciplinar. Em outras palavras pode-se dizer que a transdisciplinaridade motiva-se eticamente na ponderação de valores sociais e que as contradições entre disciplinas podem ser resolvidas iluminando-se valores sociais. Normalmente, os valores ficam no escuro, escondidos.

No nosso tema, percebe-se que a co-responsabilidade imposta pela legislação serve a algum tipo de *interesse público*, entendido como valor ou princípio a ter supremacia sobre o interesse particular, como em Souto (2002: 178-179). Assume-se também que o interesse público, ao mesmo tempo em que é um valor jurídico, é percebido como um valor social no sentido de bem comum ou geral. Ora, uma vez que se observe a realidade sob o critério do valor social a que determinado ato ou decisão atenda ou não atenda, se terá uma investigação axiológica. A investigação axiológica remete ao não-local, a um outro plano de indagação e a uma outra *rationale* de refutabilidade metodológica (Nicolescu, 2001).

Nesse quadro, como caracterizar o valor interesse público atendido pela regra da co-responsabilidade exigida nos consórcios? De rigor analítico, existem dois tipos de interesse público: um a que a literatura chama de *primário* e outro, o *secundário* (Mello, 1997); e ainda a possibilidade de se repensar o conceito da supremacia intransigente do interesse público, como em Ávila (1999). No caso em estudo, a co-responsabilidade não parece atender a interesse público primário, correspondente aos interesses jurídicos da comunidade nacional brasileira (ver artigo 5º, LXXIII, e artigo 129, III, da Constituição Federal) e à idéia de atividade dirigida ao bem público, como se percebe em Administração Pública, no criticismo ético dos seus fins e na sua amplitude máxima (Bozeman, 1998). Atende a *interesse público secundário*, uma vez que tem pertinência no âmbito solteiro do Direito Administrativo, por conta de operar diretamente em favor da entidade governamental para

sua proteção patrimonial como pessoa jurídica ou entidade autônoma. Assim, em licitações, a entidade governamental tem direito à dita co-responsabilidade como resultado desse referido interesse público secundário. Cabe aos governos patrocinar ao interesse público primário, enquanto representante do corpo social. Outro é o valor interesse público secundário, o qual remete à entidade governamental como ente personalizado e autônomo, o que é examinado com acuidade por Mello (1997: 57-58). Em termos éticos, o interesse público primário é o que deve ser prestigiado na ponderação de valores. Esse valor compõe-se ou abriga, no nosso assunto, outros valores sociais: a livre concorrência e a preservação da autonomia patrimonial dos consorciados, ou seja, da propriedade privada.

Existe, isto posto, uma não-coincidência entre o interesse público secundário da entidade estatal em facilitar sua gestão com a co-responsabilidade entre os consorciados e o interesse público primário voltado para a sociedade nacional como um todo, em que a mais livre concorrência deve ser garantida e a autonomia patrimonial, como manifestação da propriedade privada, deve ser defendida. Nesse quadro, a exigência da co-responsabilidade mostra-se abusiva na ponderação de valores.

Ao chegar-se a essa conclusão observa-se que a solução para o problema está na apresentação de solução prática que se defina pelo valor interesse público primário, prestigiando-se a concorrenciaisidade maior possível na licitação. Ora, o interesse público secundário das entidades governamentais (de natureza indenizatória) deve ser atendido por outro meio que não seja o da co-responsabilidade entre os consorciados, como por garantia bancária ou seguro de *performance*. Bem como pode-se alternativamente segmentar a encomenda da entidade governamental, tornando-se desprezíveis os efeitos restritores da co-responsabilidade.

Duas possíveis soluções

Surgem duas possibilidades de solução não excludentes. Uma jurídica, outra de gestão. A solução de natureza jurídica depende de alteração na legislação. Significa alterar-se o texto do *caput* e do inciso V do artigo 33 da Lei de Licitações (Lei 8.666/93) e do *caput* e § 2º do artigo 19 da Lei das Concessões (Lei 8.987/95), prevendo-se a possibilidade de consorciados que não sejam co-responsáveis, desde que haja garantia externa para os danos à entidade governamental. Com a previsão da possibilidade da não co-responsabilidade na Lei das Concessões, o artigo 10, *caput*, da Lei das PPPs (Lei 11.079/04), incorporará a mesma possibilidade de responsabilidade individual de consorciado na fase das propostas. A solução gerencial está na decomposição pela entidade governamental da sua encomenda ao setor privado no máximo de segmentação que for possível. Nessa alternativa, a qual por evidente não depende de qualquer alteração legislativa, importa que a entidade governamental se disponha a estudar a sua encomenda de forma detida e competente analisando os recortes que possa fazer para efeito de dar o máximo de oxigenação concorrencial ao processo licitatório e, ao mesmo tempo, garan-

ta a prestação com a qualidade e confiabilidade. Perceba-se que, quanto maior for a segmentação, menor a hipótese do afastamento de candidatos por conta da co-responsabilidade. Será preciso para isso que a entidade governamental seja tecnicamente capaz. Nas PPPs essa competência já se torna obrigatória em vista do muitíssimo maior papel da entidade governamental na formulação do objeto da licitação. Essa mesma capacitação pode ser emprestada às demais licitações possíveis. Tanto a solução jurídica como a de gestão não são arbitrárias, uma vez que têm sustentação axiológica. As alterações legislativas não seriam levianas; ou o procedimento administrativo seria refutável, como violando materialmente um preceito legal. A melhor solução parece ser a administrativa, percebendo-se que solução jurídica é mais onerosa por incluir garantias externas.

Cabe que se verifiquem, para o detalhamento e modelagem final, as condições instrumentais ou de processo para a realização do projetado. Sem essas condições, não se terá um resultado tecnológico adequado. Nessa linha, tem-se que a factibilidade da responsabilidade individual está fundada na evolução formidável da tecnologia da informação e da Internet, ou seja, da tecnologia da informação e da comunicação – TIC, a qual afeta diretamente o *state of the art* em Administração Pública, na forma do que se tem chamado de *e.Government* ou Governo Eletrônico (Rezende, 2004; Ruediger, 2002; Fernandes e Afonso, 2001; Ballantine e Cunningham, 2001; Heeks, 2001). A aplicabilidade dos meios do segmento G2B' (*Government to Business*) da dimensão Governo Eletrônico é ampla para todos os serviços, produtos ou obras, no contexto da gestão dos contratos administrativos. No passado, observe-se, era sensato que a lei determinasse a co-responsabilidade entre os consorciados. Não havia como a entidade governamental monitorar imediatamente o que, em um consórcio, cada um dos consorciados fazia, ou fazia mal, ou suas omissões. Hoje a TIC torna possível que a entidade governamental tenha uma visão corrente do que acontece no andamento de um fornecimento como um todo e em recortes, possibilitando medidas de correção imediatas, bem como permite que a entidade governamental saiba quem dentre os consorciados é o responsável pelo ato ou omissão, uma vez que as tarefas e competências estejam definidas contratualmente.

Nas PPPs a exigência da formação de *sociedade de propósito específico*, para a execução, não significa “barreira de entrada”. De todo o rigor, a entrada já teria sido aberta na fase da licitação propriamente dita. Considere-se que um consórcio de participantes com responsabilidade apenas individual tenha participado de licitação de PPP e tido sucesso. A imposição posterior de *sociedade de propósito específico* não prejudica a ampliação máxima das condições para candidaturas. A mesma *sociedade de propósito específico* não ficará impedida de compor parceria livre de co-responsabilidade com seus sócios constituintes, uma vez que isso seja posto transparentemente para a entidade governamental na proposta e haja atenta gestão contratual por técnicas de G2B.

No consórcio desonerado da co-responsabilidade presume-se a definição de tarefas e competências entre os consorciados, uma vez que se torna central saber quem dentre eles foi responsável pelos atos ou omissões que tenham causado

danos à entidade governamental ou ao outro. Assume-se o estabelecimento de mecanismos de definição de interfaciamentos e de conceituações operacionais quanto ao *outputs* de cada um (Champy, 2003). Importa a definição de processos de contingência, bem como a responsabilização predefinida por cada ato de entrega e recepção intraprocessuais e pela manutenção das estruturas que permeiem e garantam os processos. Trata-se da aplicação das técnicas conhecidas como de *service level management*, as quais se registram, no G2B, como acordos de nível de serviço, ou *service level agreements* – SLAs (Sturm, Morris e Jander, 2001).

Conclusão

Chegamos a duas soluções tecnológicas para a problematização que fizemos quanto à inconveniência da exigência de consórcios co-responsáveis. Por definição, as soluções tecnológicas são projetos de intervenção a algum título na realidade, alterando-a em alguma medida. Por evidente o caráter *prescritivo* é da natureza das soluções ainda como projetos. Nessa medida, o que valida as soluções de aplicação de conhecimento – com a pretensão do uso de método transdisciplinar ou sem isso – é o teste do seu uso efetivo. Queremos dizer que, sem testar-se no real, teremos somente uma solução tecnológica *a ser*. Nesse enquadramento, o que fizemos no corpo deste artigo foi um simples esboço teórico. Não houve qualquer motivação real. Estabelecemos apenas uma problematização para “experimentarmos” as possibilidades que intuímos existirem para a transdisciplinaridade entre a Administração Pública e o Direito. Nossa conclusão é de que, em situações concretas e frente a problematizações reais para soluções reais, a transdisciplinaridade entre as disciplinas Administração Pública e o Direito pode ter sucesso como método. As duas disciplinas apresentam imediato compromisso com valores sociais – como de resto todas as ciências sociais –, o que cria uma dinâmica facilitadora da transgressão disciplinar. Quando se assume que possa haver sucesso, não se quis dizer que os nossos resultados aqui registrados são inquestionáveis, mas sim que a transdisciplinaridade como método é possível entre a Administração Pública e o Direito. Procuramos apenas ilustrar esse ponto.

No geral o tema transdisciplinaridade como método está ainda a ser estudado. Pode-se discutir sua pertinência como objeto (a transdisciplinaridade estaria no real, seria uma *transrealidade*) ou como método (a transdisciplinaridade seria caminho para o conhecimento do real, o qual não existe em um só plano). A obra *Conhecimento e Transdisciplinaridade II – Aspectos Metodológicos*, livro conjunto dos professores ligados ao Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares – IEAT da UFMG, sob a coordenação de Ivan Domingues, é uma mostra do quanto ainda está para ser amadurecido. A transdisciplinaridade está em sua infância como método.

Podemos, no entanto tomar como verdadeiro, por ora ao menos, que o esforço transdisciplinar a partir de duplas ou grupos de especialistas disciplinares pode resultar em soluções tecnológicas inovadoras. Em ciências sociais, como entre Administração Pública e o Direito, são possíveis resultados ao menos satisfatórios onde unidisciplinarmente seria difícil de chegar-se ou se teriam hesitações quanto ao suporte argumentativo.

O olhar transdisciplinar parece estar a se impor no curso do tempo, em especial pela motivação tecnológica, menos para a geração direta de conhecimento científico. O achamento da solução (comumente tecnológica) em problematizações complexas é de ser buscada no *trans*, isto é, nos desvãos disciplinares, nos espaços desconhecidos, no além de cada disciplina. Em contraste ao nosso olhar transdisciplinar, poderíamos ter praticado uma aproximação interdisciplinar. Por essa ótica, teríamos discutido a impropriedade racional da legislação, mostrando como o texto legal não acompanhou a evolução do *management* e da Administração Pública crítica. Esse caminho seria pobre, uma vez que perderíamos a oportunidade de discutir os valores sociais em jogo. Assim, poderíamos oferecer uma solução, mas não chegaríamos a sustentação teórica quanto à sua validade ampla. Operamos o que chamamos de “dialética de complementação”, típica a nosso ver dos exercícios de transdisciplinaridade como método, em que os elementos jurídicos e os de gestão influenciam-se entre si, condicionam-se e/ou superam-se, em uma logicidade sistêmica ou não-local, por via da semiótica dos valores.

A transdisciplinaridade, como método ou naquilo que pode apresentar de método, não é para generalistas. Os generalistas iluminados, se ainda existirem, podem chegar a razoáveis ou até bons resultados, de validação difícil, no entanto. Provavelmente faltarão os necessários embasamentos disciplinares que levem a resultados com relação à modelagem de detalhamento da solução, o que é feito no plano disciplinar e técnico. A transdisciplinaridade emerge, a nosso ver, para ter um desenho social semelhante ao teorizado por Karl Weick, quando entende que a busca de soluções em quadros difíceis nas organizações tende a ser feita em *double interacts*, ou seja, em procedimentos de ida e volta, circulares entre os envolvidos, nunca cartesianamente (Weick, 1979: 89-118). Ivan Domingues prestigia, no mesmo sentido, o que chama de “inteligência coletiva” e “olhar cruzado” (Domingues, 2005).

Bibliografia

AKUTSU, Luiz; PINHO, José Antonio Gomes de. Sociedade da Informação, Accountability e Democracia Delegativa: Investigação em Portais de Governo no Brasil. *Revista de Administração Pública – RAP*, 36 (5): 723-745, set./out. 2002.

ARMSTRONG, Karen. *A Short History of Myth*. Edinburgh: Canongate, 2005.

ÁVILA, Humberto Bergmann. Repensando o Princípio da Supremacia do Interesse Público Sobre o Particular. *O Direito Público em Tempos de Crise – Estudos em Homenagem a Ruy Rubem Ruschel*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999, p. 99-127.

BALLANTINE, Joan A.; CUNNINGHAM, Nigel. Strategic Information System Planning. In: HEEKS, Richard (Ed.). *Reinventing Government in the Information Age – International Practice in IT – Enabled Public Sector Reform*. London: Routledge, 2001, p. 293-311.

BEHN, Robert D. The New Public Management Paradigm and The Search for Democratic Accountability. *International Public Management Journal*, v. 1, nº 2, 1998, p. 131-164.

BERTALANFFY, Ludwig von. *General System Theory*. New York: George Braziller, 2001.

BOBBIO, Norberto. *O Positivismo Jurídico – Lições de Filosofia do Direito (compiladas pelo Dr. Nello Morra)*. Trad. Márcio Pugliesi Edson Bini e Carlos Rodrigues. São Paulo: Ícone, 1995.

BOZEMAN, Barry. *Todas las Organizaciones son Públicas*. Editora Fondo, 1998.

CAMPBELL, Joseph. *The Power of Myth, with Bil Moyers*. New York: Doubleday, 1988.

CAMPOS, Anna Maria. Accountability: Quando Devemos Traduzi-la Para o Português? *Revista de Administração Pública – RAP*, Rio de Janeiro: FGV, 24, fev./abr. 1990.

CAVALCANTI, Bianor Scelza. *O Gerente Equalizador – Estratégias de Gestão no Setor Público*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

CHAMPY, James. *Engenharia Cruzada*. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

CHOO, Chun Wei. *The Knowing Organization: How Organizations Use Information to Construct Meaning, Create Knowledge and Make Decisions*. New York: Oxford University Press, 1998.

DAVIS Stanley M.; MEYER Christopher. *Future Wealth*. Boston (Mass.): Harvard Business School Press, 2000.

DE BONO, Edward. *Serious Creativity: Using the Power of Lateral Thinking to Create New Ideas*. New York: Harper Business, 1992.

DESCARTES, René. *Discourse on Method*. Penguin UK, 2000.

DINIZ, Maria Helena. *Curso de Direito Civil Brasileiro*. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 1998. v. 2.

DOMINGUES, Ivan. Em Busca do Método. In: DOMINGUES, Ivan (Coord.). *Conhecimento e Transdisciplinaridade II – Aspectos Metodológicos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, p.17-40.

DRUCKER, Peter. *Sociedade Pós-Capitalista*. São Paulo: Pioneira, 1993.

EDVINSSON, Leif. *Longitude Corporativa – Navegando na Economia do Conhecimento*. São Paulo: M. Books, 2003.

FAORO, Raimundo. *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*. 3. ed. Editora Globo, 2001. v. 1.

FERLIE, Ewan. The New Public Management in the United Kingdom: Origins, Implementation and Prospects. *Paper for the Managerial Reform of the State International Seminar*, Brasília, 1998.

FERNANDES, A.; AFONSO, J. R. Governo no Brasil: Experiências e Perspectivas. *Revista do BNDES*, v. 8, nº 15, p. 21-64, 2001.

FESTINGER, Leon. *A Theory of Cognitive Dissonance*. Stanford University, 1957.

HEEKS, Richard. Reinventing Government in the Information Age. In: HEEKS, Richard (Ed.). *Reinventing Government in the Information Age – International Practice in IT – Enabled Public Sector Reform*. London: Routledge, 2001, p. 9-21.

HOURLIN, Georges; GANNE, Gilbert. *Os Valores Burgueses*. Lisboa: Livros do Brasil, 1971.

JARDIM, José Maria. A Face Oculta do Leviatã: Gestão da Informação e Transparência Administrativa. *Revista do Serviço Público*, Brasília, 119, jan./abr. 1995.

JOIA, Luiz Antonio. Geração de Modelos Teóricos a Partir de Casos Múltiplos: da Teoria à Prática. In: VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; ZOUAIN, Deborah Moraes (Org.). *Pesquisa Qualitativa em Administração*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 123-149.

KROGH, Georg von; ICHIJIO, Kazuo; NONAKA, Ikujiro. *Enabling Knowledge Creation – How to Unlock the Mystery of Tacit Knowledge and Release the Power of Innovation*. New York: Oxford University Press, 2000.

KUHN, Thomas S. *As Estruturas das Revoluções Científicas*. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. *De Máquinas e Seres Vivos – Auto-poiese – A Organização do Vivo*. 3. ed. Trad. Juan Acuña Llorens. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

_____. *A Árvore do Conhecimento*. Trad. Humberto Mariotti e Lia Diskin. São Paulo: Palas Athena, 2001.

MELLO, Celso A. Bandeira de. *Curso de Direito Administrativo*. 9. São Paulo: Malheiros, 1997.

MÉNDEZ, José Maria, *Cómo Educar en Valores*. Síntesis, 2005.

MORIN, Edgar; PRIGOGINE, Ilya. *A Sociedade em Busca de Valores*. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

NICOLESCU, Basarab. *O Manifesto da Transdisciplinaridade*. Trad. Lucia Pereira de Souza. 2. ed. São Paulo: Triom, 2001.

NONAKA, Ikujiro; HIROTAKA, Takeuchi. *Criação de Conhecimento na Empresa*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

PACHECO, Regina Silvia. Reformando a Administração Pública no Brasil: Eficiência e 'Accountability' Democrática. Texto preliminar apresentado ao seminário *A Reforma da Administração Pública: Possibilidades e Obstáculos*, promovido pela Fundação Joaquim Nabuco, no Recife, 20 e 21 de agosto de 1998.

PINHO, José Antonio Gomes de. Reforma do Aparelho do Estado: Limites do Gerencialismo frente ao Patrimonialismo. *Organização & Sociedade*, 5 (12): 59-79. mar./ago. 1998.

PORTER, Michael. *A Vantagem Competitiva das Nações*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

PUIG, Josep Maria. *Ética e Valores – Métodos para um Ensino Transversal*. Editora Casa do Psicólogo, 1997.

REALE, Miguel. *Fundamentos do Direito*. 3. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1998.

REZENDE, Denis Alcides. Alinhamento Estratégico da Tecnologia da Informação ao Planejamento Estratégico: Proposta de um Modelo de Estágios para Governança em Serviços Públicos. *RAP – Revista de Administração Pública*, v. 38, jun./ago. 2004, p. 519-542.

RUEDIGER, Marco Aurélio. Governo Eletrônico e Democracia – Uma Análise Preliminar dos Impactos e Potencialidades na Gestão Pública. *Organizações e Sociedade* (UFBA), 9 (25), 2002, p. 29-43.

SOUTO, Marcos Juruena Villela. *Direito Administrativo Regulatório*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002.

STEWART, Thomas A. *Capital Intelectual – A Nova Vantagem Competitiva das Empresas*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

_____. *A Riqueza do Conhecimento*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

STURM, Rick; MORRIS, Wayne; JANDER, Mary. *Service Level Management*. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

WEICK, Karl. *The Social Psychology of Organizing*. 2. ed. McGraw-Hill, Inc. 1979.

WILSON, Woodrow. The Study of Administration (1887). Republicado in: SHAFRITZ, Jaym.; HYDE, Albert C. (Org.). *Classics of Public Administration*. 3. ed. Brooks/Cole Publishing. p. 11-24.

WISEMAN, Richard John. *Onde Está o Gorila?* Trad. Alda Porto. Rio de Janeiro: Best Seller, 2005.

YIN, Robert K. *Estudo de Caso: Planejamento e Métodos*. Trad. Daniel Grassi. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.